



DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Razão Social/Nome:		
CNPJ/CPF:		
Endereço:		
E-mail:		
Cidade:	Estado:	CEP:
Tefefone:	Fax:	
Pessoa que recebeu:		
Retiramos nesta data cópia do Edital na modalidade de: (x) Pregão presencial; () Concorrência; () Tomada de Preços; () Credenciamento; () Convite. Número: /2023 Entidade: Prefeitura Municipal de Calmon		
Data:		

Senhor licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura Municipal de Calmon e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher a solicitação de entrega do Edital e remeter por meio de fax (049) 3573-0031/3573-0179 ou e-mail: licita@calmon.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Calmon da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, e de quaisquer informações adicionais.

Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Calmon



PREGÃO PRESENCIAL 21/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2023

O Município de Calmon, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.949.806/0001-37, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **HELIO MARCELO OLENKA**, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Calmon, no máximo até às 26/10/2023 para abertura no mesmo dia às 09:0 horas ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo **MENOR GLOBAL** consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei nº 8.666/93 e a alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 016/2017 e demais legislações aplicáveis.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de funcionários que residem no município de Calmon e trabalham no município de Caçador de acordo com a lei ordinária nº 843 de 18 fevereiro de 2019, conforme termo de referência;

a) Os serviços serão executados imediatamente após emissão da primeira autorização de fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras e Licitações do Município de CALMON, com tolerância de no máximo 24 (vinte e quatro), devendo cumprir os horários de saída e chegada aos locais de destino. Algumas linhas tem horários todos os dias da semana;

b) Os veículos utilizados deverão estar devidamente, licenciados, em perfeitas condições de usos e bom estado de conservação, garantindo aos passageiros, segurança e conforto, devidamente assegurado para fins de transporte funcionários e que atendam as exigências do Código de Trânsito Brasileiro e do DENATRAN; Os motoristas deverão ser os apresentados na assinatura do contrato e estarem habilitados para transporte de funcionários nos termos do Código de Trânsito Brasileiro;

c) Todas as despesas referentes à contratação correrão por conta da empresa vencedora, inclusive combustível e motorista;



- d) A Contratada deverá apresentar no ato de entrega da Nota Fiscal, no último dia útil de cada mês, a lista do monitoramento dos funcionários transportados conforme formulário de controle disponibilizado pela Secretaria Municipal de Administração;
- e) A Contratada deverá manter visível no interior do veículo placa indicativa de capacidade de lotação do mesmo e número de telefone para reclamações, denúncias e sugestões;
- f) A Contratada deverá manter um controle de transporte diário com nome de cada funcionário transportado;
- g) A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico designará um servidor habilitado para acompanhar e fiscalizar a perfeita execução dos serviços e o cumprimento da legislação pertinente e exigências deste Edital;
- h) Os veículos deverão estar sempre limpos e seguindo as normas de prevenção da Covid 19, disponibilizando Álcool em Gel para os usuários do transporte.
- i) Os veículos devem ter capacidade mínima estabelecida em cada linha de passageiros sentados, com assentos reclináveis com dispositivo de regulagem que permite regular o banco ou suas partes em uma posição adequada ao passageiro sentado, todos assentos devem conter cinto de segurança, exceto na linha "05" onde pede veículo com no máximo 15 lugares onde os bancos deverão ser estofados .
- j) A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício do Município perante a Contratada e seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade estadia, deslocamento, alimentação e transporte dos profissionais, que prestarão os serviços, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços, inclusive combustível, motoristas, multas, manutenção preventiva e corretiva dos veículos, etc.

1.3 - É vedada a participação:

- De empresas declaradas inidôneas pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob os seus controles e as fundações por elas instituídas e mantidas;
- De empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal de CALMON;
- De empresas sob processo de falência;
- De empresas reunidas em consórcios.

2 - DO CREDENCIAMENTO

OBS 1.: Nenhuma pessoa poderá representar mais de uma empresa neste pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

OBS 2.: Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar a declaração de cumprimento dos requisitos do Edital conforme item 2.3. e no caso de MEI, ME e EPP que queiram usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06 deverão entregar os documentos conforme item 2.6.



2.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, este deverá apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

2.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o **ANEXO I** como modelo) ou documento equivalente, com assinatura do Outorgante reconhecida em cartório, Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

2.3 - Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (**ANEXO IV**).

2.4 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.6, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

2.5 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor da Administração.

2.6 - As micro empresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou Microempreendedores Individuais (MEI) que possuam alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal poderão apresentar junto ao credenciamento **CERTIDÃO SIMPLIFICADA EXPEDIDADA PELA JUNTA COMERCIAL NO ANO DE 2019 ou registro de pessoa jurídica expedido pelo cartório**, comprovando que a empresa é ME ou EPP, ou no caso de MEI certificado de inscrição comprovando esta condição. As empresas que apresentarem esta comprovação poderão usufruir dos benefícios descritos no Art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, ou seja:

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3 - DA PROPOSTA

3.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALMON/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2023
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"**

3.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:



- a) ser apresentada no formulário **ANEXO II** ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínimo de **60 (sessenta) dias**, contendo especificação detalhada dos serviços cotados, segundo às exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal e com as placas, marca, ano e modelo do veículo;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre os serviços licitados, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter prazo de início da prestação dos serviços de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** para início dos serviços, a contar do recebimento da primeira autorização;
- f) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- g) a quantidade cotada deverá ser a quantidade de quilômetros que corresponde a quantidade total estimada para a contratação por linha, constantes na tabela descrita no Item 1.1 deste Edital.

OBS.: Anexo às propostas deverá vir a PLANILHA DE CUSTO da composição do preço, contendo no mínimo as seguintes informações: a) custo do quilometro rodado; b) custo do desgaste do veículo; c) aquisição e troca de pneus e equipamentos; d) encargos e impostos que incidam sobre os serviços; e) custo do combustível; f) custo do pagamento dos funcionários; g) outros encargos que compõem o preço e que julgar necessários, sob pena de desclassificação caso não apresente o referido documento.

3.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no **ANEXO III**).

3.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, endereço, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no **ANEXO III**).

3.5 - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio da seguinte forma:

- a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- b) nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada



na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

3.5.1 - Os preços unitários apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

3.6 - Serão passíveis de **desclassificação** as propostas formais que não atenderem os requisitos constantes dos **itens 3.1 a 3.4** deste Edital, bem como, aquelas que apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto do art. 44, no § 3º e art. 48, II da Lei Federal nº 8.666/93.

3.7 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93).

4 - DA HABILITAÇÃO

4.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALMON/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2023
ENVELOPE N.º 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

4.2 - Para habilitação na presente Licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

a) Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Município de CALMON, SC, dentro do prazo de validade, sendo que as negativas vencidas no Certificado deverão ser apresentadas em anexo ao mesmo;

b) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal (Anexo VII);

HABILITAÇÃO DO VEÍCULO - no mínimo 01 por item:

c) Cópia do Certificado do Registro e Licenciamento do Veículo de Passageiros (CRLV) dentro da validade - e em nome do proponente, ou em nome de terceiro com comprovação de que o veículo está locado ou cedido de conformidade com as exigências de capacidade do veículo descrita em cada item;

d) Prova de possuir seguro vigente contra terceiros e de passageiros com cobertura para despesas médicas e hospitalares, morte e invalidez;

e) Registro no DETER para transportadores tipo "A" ou "C"

**HABILITAÇÃO DO MOTORISTA** - no mínimo 01 por item:

g) Prova de possuir em seu quadro permanente motorista **devidamente habilitado para transporte de passageiros conforme exigências do DETRAN**, esta prova se dará através de:

gf1) Cópia da Carteira de Habilitação do Motorista na Categoria D ou superior e com idade superior a 21 anos;

g2) Prova de que o motorista faz parte do quadro permanente da empresa mediante a apresentação de cópia do contrato de trabalho do profissional com prazo superior ao período de experiência previsto na legislação, ou cópia do Contrato Social da empresa e que conste o profissional como integrante da sociedade ou contrato de prestação de serviços;

g3) Certidão Negativa de registro de distribuição criminal do motorista, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos;

g4) Declaração emitida pelo órgão de trânsito comprovando que o motorista não cometeu infrações graves ou gravíssimas ou ser reincidente em infrações médias, nos últimos 12 (doze) meses;

Os documentos de habilitação do motorista deverão ser apresentados na assinatura do contrato. Em caso de troca de motorista o fornecedor deverá apresentar toda a documentação do motorista sendo que a não apresentação do mesmo pode gerar o cancelamento do contrato.

4.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada.. Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis. Ficam dispensados de autenticação os documentos que forem emitidos via Internet.

4.4 - Os documentos descritos no item 4.2, letra "a", deste Edital poderão ser substituídos pelos documentos abaixo relacionados, sendo que os demais documentos constantes do item 4.2 deverão **obrigatoriamente** ser apresentados:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual (somente para empresas que não se credenciarem para lances);

b) Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados (somente para empresas que não se credenciarem para lances);

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (somente para empresas que não se credenciarem para lances);

d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da Certidão Negativa de Débito e da Certidão Negativa de Dívida Ativa para com a União;
- f) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- g) Certidão que prove a regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho (**Tribunal Superior do Trabalho**), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

a) i) Certidão Negativa de Falência e Concordata*, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, válida.

*Considerando a implantação do Sistema Eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 01/04/2019, a certidão do modelo "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverá ser solicitada tanto no Sistema Eproc quanto no Sistema SAJ. Desta forma, as duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade. a.1) Na hipótese de outras Unidades Federativas com situação similar, as empresas participantes deverão apresentar a Certidão complementar nos mesmos termos.

4.5 - As micro empresas (ME), as empresas de pequeno porte (EPP) e os Microempreendedores individuais (MEI) deverão apresentar toda a documentação arrolada nos itens acima, no entanto:

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.6 – Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão estar acompanhados de tradução por tradutor juramentado.

4.7 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **90 (noventa) dias consecutivos**, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.



4.7.1 - A data limite para a apresentação da proposta de preços servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação.

4.8 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.

4.9 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ (apresentado no Credenciamento, Proposta de Preços, e Habilitação), nas seguintes condições:

4.9.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

4.9.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

4.10 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.11 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no **item 4.4 (e 4.2)**, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

5.1 - A licitante vencedora ficará obrigada a entregar o objeto deste Edital, nos preços, prazos, condições e locais estipulados no item 1 deste Edital.

6 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - No dia, hora e no local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 2.

6.2 - Declarada aberta a sessão, o Pregoeiro receberá as credenciais dos licitantes submetendo-as à conferência dos presentes, que ao término deste procedimento terão o prazo de cinco minutos para apresentar qualquer objeção, devidamente motivada, aos documentos de credenciamento, sob pena de preclusão do direito de fazê-lo.

6.3 - Não serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital, salvo no caso descrito no item 6.17 do presente instrumento.

6.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos



estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

6.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

6.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por item, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

6.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11 - As micro empresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) que apresentaram a documentação descrita no item 2.6. será dado o direito de preferência conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/06:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

(...)

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será e até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo



máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.12 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

6.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

6.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço por item para confirmação das suas condições habilitatórias.

6.15 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, pelo Menor Preço Por item.

6.16 - Será declarado vencedor o licitante que apresentar o menor preço por item. Havendo empate entre duas ou mais propostas, será definido o vencedor por sorteio público, caso nenhum proponente de um lance menor.

6.17 - As micro empresas (ME), as empresas de pequeno porte (EPP) ou os Microempreendedores Individuais (MEI) que apresentaram a documentação descrita no item 2.6. do presente Edital e não apresentem algum(ns) documento(s) que comprove sua regularidade fiscal ficará com sua "habilitação em suspenso", sendo lhe concedido o prazo de **05 (cinco) dias úteis** após ser declarada vencedora para apresentação dos documentos de regularidade fiscal faltantes. Caso a empresa deixe de apresentar outro(s) documento(s) que não sejam de regularidade fiscal a mesma será de pronto inabilitada.

6.18 - O Pregoeiro constará em ata o prazo final para entrega da documentação descrita no item anterior, horário e data para nova sessão, onde será julgada(s) a(s) habilitação(ões) em suspenso e declarado o vencedor.

6.19 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço por item, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

6.20 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da Licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

6.21 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

7 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

7.1 - A presente Licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital, sendo desclassificadas as propostas consideradas inexecutáveis.



8 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

8.1 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, no Departamento de Compras e Licitações do Município de CALMON, localizado na Rua Miguel Dzmman, nº 315, Centro, CALMON, SC, ou através do e-mail: licita@calmon.sc.gov.br, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

8.2 - Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

8.3 - Se procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

9 - DO CONTRATO

9.1 - Será firmado Contrato com o proponente vencedor para o exercício de 2021, podendo ser renovado ou prorrogado por até 12 meses conforme o art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93, sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93.

9.2 - O prazo para assinatura do Contrato é de 03 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

9.3 - Sobre a presente contratação não incidirá reajuste. Havendo necessidade de equilíbrio econômico financeiro nos preços do Contrato, o mesmo poderá ser repactuado após a validade da proposta, nos termos do artigo 65, alínea "d" da Lei nº 8.666/93. Devendo para tanto a CONTRATADA obrigatoriamente apresentar requerimento no Departamento de Compras e Licitações do Município de CALMON, com apresentação de Planilha de Custos, das Notas Fiscais que comprovem a efetiva alteração de preço, e somente será concedido mediante parecer favorável da CONTRATANTE, devendo o proponente aguardar a publicação do ato para aplicação do novo preço.

9.4 - Caso o contrato ou o documento respectivo, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.



10.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

10.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao Senhor Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com do objeto desta Licitação à vencedora.

10.5 - A recusa injustificada da adjudicatária assinar o contrato ou em entregar os itens vencidos caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

10.6 - A aplicação de penalidades à licitante vencedora reger-se-á conforme o estabelecido na Seção II do Capítulo IV - Das Sanções Administrativas da Lei nº 8.666/93.

10.7 - Em caso de inexecução parcial das obrigações que estão contidas neste Edital, a CONTRATADA ficará sujeita a:

- Advertência;
- Pagamento de uma multa diária, enquanto perdurar a situação de infringência, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato, corrigido monetariamente, sem prejuízo do disposto nesta cláusula, até o prazo de 20 (vinte) dias, findo o qual o Contrato poderá ser rescindido.

10.8 - Pela inexecução total da obrigação, a CONTRATANTE rescindir o contrato e aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

10.9 - As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exige a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

10.10 - As penalidades de multa, previstas neste Edital, poderão ser aplicadas, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº. 8.666/93.

10.11 - A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º da Lei nº 8.666/93.

10.12 - Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

10.13 - As multas serão cobradas da CONTRATADA por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado após sua aplicação, ou cobradas judicialmente.



10.14 - Se a CONTRATADA não tiver valores a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa através de DAM - Documentos de Arrecadação Municipal.

11 - DA DOTAÇÃO

11.1 - A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento de 2023/2024.

12 - DO PAGAMENTO

12.1 - O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após a efetiva execução dos serviços e acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

12.2 - O número do CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 4.2., letra “a” deste Edital).

12.3 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, **até dia 30 (trinta) do mês subsequente a prestação dos serviços** e mediante apresentação da Nota Fiscal no Departamento de Compras e Licitações do Município, devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento e fiscalização dos serviços.

12.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

12.5 – Na Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:

- a) Linha onde o transporte foi efetuado, quantidade de quilômetros rodados;
- b) Número de funcionários transportados, quantidade de dias transportados no mês, datas dos transportes;
- c) Numero da Licitação e do Contrato que originou a contratação.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

13.2 - O resultado desta Licitação estará à disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações do Município, logo após sua homologação.

13.3 - O Município se reserva o direito de adquirir em todo ou em parte o objeto do presente Pregão.

13.4 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

13.5 - O Prefeito Municipal poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivados de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.



13.6 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente em vigor, através do telefone (49) 3573 0030 / 3573 0031 / 3573 0179, ou pelo e-mail: licita@calmon.sc.gov.br, ou pessoalmente, no Departamento de Compras e Licitações do Município, localizado na Rua Miguel Dzumann, nº 315, Centro, CALMON, SC.

13.7 - São parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Procuração;
- b) ANEXO II - Proposta;
- c) ANEXO III - Dados bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV - Declaração de cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V - Minuta do Contrato;
- f) ANEXO VI – Declaração de cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e da Lei n.º 9.854.
- g) ANEXO VII – Termo de Referencia.

CALMON, SC, 30 de junho de 2021.

HELIO MARCELO OLENKA
Prefeito Municipal

Examinado e aprovado
Assessoria Jurídica do Município



ANEXO I

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2023**

PROCURAÇÃO

____<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>____, por meio de
____<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO
NA EMPRESA>____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. ____<NOME
COMPLETO, RG, CPF>____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a
referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda
poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao
procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO>, <DATA>_____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL



MUNICÍPIO DE
CALMON

ESTADO DE SANTA CATARINA

E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

OBS: Com assinatura do Outorgante
reconhecida em cartório



MUNICÍPIO DE
CALMON

ESTADO DE SANTA CATARINA

continua



ANEXO II

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2023**

PROPOSTA DE PREÇOS

4. OBJETO DA PROPOSTA:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	23158 - LINHA 01 Empresa VIPOSA . Saída de Calmon as 05:40 : rodoviária passando pela prefeitura, mercado Peron , mercearia Iraque, Igreja Congregação sentido a Caçador. Em Caçador sobe pela igreja Assembleia de Deus com chegada a empresa Viposa. Veiculo de no mínimo 28 lugares. Retorno saída da empresa VIPOSA as 17:40 67 km diários.	Un.	24.120	5,49	132.418,80
2	23159 - Linha 02. Maxiplast Empresa Maxiplast . Saída as 04:50 saída da rodoviária de Calmon passando pela prefeitura , mercado Peron, mercearia do Iraque , Igreja Congregação sentido a Caçador. Faz parado no Km 17 e no Km 08. Em Caçador sobe pela Assembleia de Deus com chegada na empresa Maxiplast. Retorno as 14:20. veiculo com capacidade de no minimo 28 lugares. 70,6 km diários.	Un.	25.416	5,49	139.533,84
3	23160 - Linha 03 Empresa Corfio . Saida as 12:45 saída da rodoviaria de Calmon passando pela prefeitura , mercado Peron, mercearia do Iraque , Igreja Congregação sentido a Caçador pela perimetral ate a empresa ELETROCAL E EMPRESA CORFIO .Veiculo com capacidade de no mínimo 28 lugares. 83,2 km diários.	Un.	29.952	5,49	164.436,48
4	23161 - LINHA 04 Empresas Variadas . Saída as 05:40 saída da rodoviária de Calmon passando pela prefeitura ,	Un.	42.768	5,90	252.331,20



	mercado Peron, mercearia do Iraque , Igreja Congregação sentido a Caçador. Em Caçador sobe pela Assembleia de Deus , passando pela empresa Viposa, depois pela empresa Suprema ate a Marpi, retorno sentido serraria do Adami com as seguintes paradas : Tres Irmãos, Maxiplast, Sul Brasil e serraria Adami com retorno pelo mesmo caminho ate a Empresa Frame. Retorno as 18:00. veiculo com capacidade de no mínimo 40 lugares. 118,8 km diários.				
5	26214 - linha 05 empresa aviação Empresa Aviação. Saída as 05:50. Saída da rodoviária de Calmon passando pela prefeitura com destino a empresa Aviação. Retorno pelo mesmo trajeto. Retorno as 17:00. 93 km diários. Veículo com capacidade mínima de 15 lugares.	KM	24.552	4,95	121.532,40
6	26215 - LINHA 06 "DANIELA TOMBINI/COPATTI" LINHA 06 "DANIELA TOMBINI/COPATTI" Saída da rodoviária às 6:10 da manhã, parando nos pontos: Prefeitura; Mercado Peron; Mercearia JoJo; Restaurante Tilo. Seguindo sentido Caçador, com parada no posto de combustível do trevo Transrodace, seguindo, com parada ao lado do Elevado Oswaldo Olsen, seguindo sentido Via atacadista, com parada na escola Morada do Sol, seguindo, sobe pelo Disk Areia e volta pelo elevado, seguindo para empresa Daniela Tombini deixando funcionários. Seguindo viagem, desce pela Uniarp, passando pelo fórum, parando em frente ao restaurante Di Fratelli, seguindo após para a empresa Copatti, sendo a última parada, totalizando 45 km. Na volta, saída da Copatti às 17:15, retornando pelo Di Fratelli, passando pelo fórum, subindo no sentido Igreja Assembléia de Deus, passando pela agência da Caixa Econômica, sentido Daniela Tombini.	KM	24.024	5,97	143.423,28



	Saindo da empresa Daniela Tombini, passando pelo elevado, indo para o trevo Tansrodace, sentido à Calmon, tendo as paradas nos pontos: Restaurante Tilo; Mercearia JoJo; Mercado Peron; Prefeitura; Rodoviária, sendo o destino final, totalizando 43 km. Veiculo com capacidade mínima de 40 lugares Somados os trajetos de ida e volta, totalizam 88 km.				
7	26216 - LINHA 07 TEMASA Saída da rodoviária às 5:00 da manhã, parando nos pontos: Prefeitura; Mercado Peron; Mercearia JoJo; Restaurante Tilo, seguindo sentido à Caçador. Passa pelo bairro Gioppo, parando no ponto "velha Rosa " subindo sentido à Igreja Assembleia de Deus, parando no ponto de ônibus próximo à agência da Caixa Econômica, seguindo sentido à empresa Temasa, sendo a última parada, totalizando 35 km. Na volta, saída às 15:50 da primeira parada no ponto próximo à agência da Caixa, passando pelo elevado Oswaldo Olsen, parando na empresa TMO, seguindo sentido Temasa para coletar os funcionários, continuando pelo trevo Transrodace, sentido à Calmon. Paradas nos pontos: Restaurante Tilo; Mercearia JoJo, Mercado Peron; Prefeitura; Rodoviária, totalizando 37 km. Veiculo com capacidade mínima de 28 lugares. Somados os trajetos de ida e volta, totalizam 72 km.	KM	22.464	5,90	132.537,60
Total Geral					1.086.213,60

CALMON (SC),de.....de.....

.....
Assinatura do Representante da Empresa

Carimbo CNPJ:



ANEXO III

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2023**

1. DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO:

CIDADE:

AGÊNCIA Nº :

CONTA CORRENTE Nº:

TITULAR DA CONTA CORRENTE:

**2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL COM PODERES PARA ASSINATURA DA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

NOME COMPLETO: _____

NACIONALIDADE: _____ **ESTADO CIVIL:** _____

CARGO OU FUNÇÃO: _____

IDENTIDADE N.º : _____

CPF/MF N.º : _____

ENDEREÇO: _____



ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2023

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº ____ (xxxxxxxxxx)____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: As micros empresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) poderão apresentar esta declaração com ressalva ao disposto nos Art. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06.

(LOCAL), _____ (DATA) _____

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante legal da emp
Carimbo da empresa

**ANEXO V****MINUTA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº/2017****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023**

Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de funcionários que residem no município de Calmon e trabalham no município de Caçador de acordo com a lei ordinária nº 843 de 18 fevereiro de 2019.

Aos dias do mês de de 2021, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE CALMON**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, por seu órgão representativo, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CALMON**, com sede na Rua Miguel Dzmann, nº 315, Centro, Calmon/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.949.806/0001-37, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, **HELIO MARCELO OLENKA**, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob nº, residente e domiciliado nesta cidade de Calmon, SC, denominado **MUNICÍPIO/CONTRATANTE**, e de outro a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na cidade de, .., neste ato representada pelo Sr., nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob nº, residente e domiciliado na cidade de, .., denominada **FORNECEDOR**, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao **Processo Licitatório nº 46/2023, PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023** para REGISTRO DE PREÇOS visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Calmon, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, Lei nº 10.520/02 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 016/2017 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. O objeto da presente Ata é o **Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de funcionários que residem no município de Calmon e trabalham no município de Caçador de acordo com a lei ordinária nº 843 de 18 fevereiro de 2019.**, para Registro de Preços, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM...

2. São responsabilidades do FORNECEDOR:

a) Os serviços serão executados imediatamente após emissão da primeira autorização de fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras e Licitações do Município de CALMON, com tolerância de no máximo 24 (vinte e quatro), devendo cumprir os horários de saída e chegada aos locais de destino. Eventualmente, caso haja necessidade de transporte de funcionários em finais de semana e feriados, será comunicado à Contratada, com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos;



- b) Os veículos utilizados deverão estar devidamente, licenciados, em perfeitas condições de usos e bom estado de conservação, garantindo aos passageiros, segurança e conforto, devidamente assegurado para fins de transporte funcionários e que atendam as exigências do Código de Trânsito Brasileiro e do DENATRAN; Os motoristas deverão ser os apresentados na habilitação e estarem habilitados para transporte funcionários nos termos do Código de Trânsito Brasileiro;
- c) Todas as despesas referentes à contratação correrão por conta da empresa vencedora, inclusive combustível e motorista;
- d) A Contratada deverá apresentar no ato de entrega da Nota Fiscal, no último dia útil de cada mês, a lista do monitoramento dos funcionários transportados conforme formulário de controle disponibilizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- e) A Contratada deverá manter visível no interior do veículo placa indicativa de capacidade de lotação do mesmo e número de telefone para reclamações, denúncias e sugestões;
- f) A Contratada deverá manter um controle de transporte diário com nome de cada funcionário transportado;
- g) A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico designará um servidor habilitado para acompanhar e fiscalizar a perfeita execução dos serviços e o cumprimento da legislação pertinente e exigências deste Edital;
- h) Os veículos deverão estar sempre limpos e seguindo as normas de prevenção da Covid 19, disponibilizando Álcool em Gel para os usuários do transporte.
- i) Os veículos devem ter capacidade mínima de exigida em cada item passageiros sentados, com acentos reclináveis com dispositivo de regulagem que permite regular o banco ou suas partes em uma posição adequada ao passageiro sentado, todos acentos devem conter cinto de segurança, exceto a linha 05 que o veículo poderá ser com bancos estofados.
- j) A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício do Município perante a Contratada e seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade estadia, deslocamento, alimentação e transporte dos profissionais, que prestarão os serviços, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços, inclusive combustível, motoristas, multas, manutenção preventiva e corretiva dos veículos, etc.
- 3.** A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante o FORNECEDOR e seus subordinados, sendo de sua responsabilidade todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais que prestarão os serviços, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

O preço certo e ajustado entre as partes que alude o presente Contrato é de R\$(por extenso), pela totalidade da realização dos serviços contratados, valor unitário de R\$(por extenso) o quilometro rodado.

§ 1º. No preço ajustado entre as partes estão inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais, despesas com custo, instalação, descarga, montagem, instalação, seguro e frete, tributos



(impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos, inclusive combustível, motorista, multas, manutenção preventiva e corretiva dos veículos, etc.

§ 2º. A presente contratação não sofrerá reajuste durante sua vigência. Havendo necessidade de equilíbrio econômico financeiro nos preços do Contrato, o mesmo poderá ser repactuado após a validade da proposta, nos termos do artigo 65, alínea d da Lei nº 8.666/93. Devendo para tanto a CONTRATADA obrigatoriamente apresentar requerimento no Departamento de Compras e Licitações do Município, com apresentação da Planilha de Custos, das Notas Fiscais que comprovem a efetiva alteração de preço, e somente será concedido mediante parecer favorável da CONTRATANTE, devendo o proponente aguardar a publicação do ato para aplicação do novo preço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

A CONTRATADA deverá executar os serviços, imediatamente após emissão da primeira autorização de fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras e Licitações do Município de CALMON, com tolerância de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, devendo cumprir os horários de saída e chegada dos locais de destino.

§ 1º Eventualmente, caso haja necessidade de transporte de funcionários em finais de semana e feriados, será comunicado à CONTRATADA, com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até dia 30 (trinta) do mês subsequente a prestação dos serviços e mediante apresentação da Nota Fiscal no Departamento de Compras e Licitações do Município, devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento e fiscalização dos serviços.

§ 1º. O número do CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

§ 2º. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

§ 3º. A CONTRATADA deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser providenciados pela Administração Municipal.

§ 4º. Na Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:

- a) Linha onde o transporte foi efetuado, quantidade de quilômetros rodados;
- b) Número de funcionários transportados, quantidade de dias trabalhados no mês, datas dos transportes;
- c) Número da Licitação e do Contrato que originou a contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O presente Contrato tem o prazo de validade para o exercício 2017, contados a partir data de assinatura deste e findando dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado ou



prorrogado conforme o art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93, sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte verba orçamentária do exercício de 2023/2024.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Das obrigações do **CONTRATANTE**:

1. Despesas decorrentes da publicação do instrumento contratual;
2. Designar servidor para efetuar o acompanhamento, supervisão e a fiscalização dos serviços;
3. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos neste Edital;
4. Fiscalizar a correta execução e cumprimento do Contrato;

Das obrigações da **CONTRATADA**:

1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
2. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados da ciência;
3. Arcar com eventuais prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
4. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;
5. Assumir a responsabilidade civil, criminal, trabalhista e previdenciária, decorrente do transporte, e ainda, a obrigação de reparar os danos de qualquer natureza que possam advir na hipótese de qualquer sinistro em que possa se envolver no referido trajeto, isentando o Município de qualquer responsabilidade;
6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente instrumento;
7. Cumprir a legislação pertinente e aplicável a execução dos serviços ora contratados;
8. Transportar, exclusivamente, os funcionários cumprindo a capacidade máxima de lotação do veículo, sendo vedado, nessas linhas o transporte de quaisquer outras pessoas;
9. Cumprir o itinerário descrito em cada item, não sendo autorizado desembarque em outros pontos da cidade, ou fora dos locais de destino;
10. Deixar e pegar os funcionários nos locais previstos, respeitando os horários de saída e retorno, bem como, respeitando o horário de início e saída de funcionários.
11. Destinar veículos, devidamente licenciados, em perfeitas condições de uso e bom estado de conservação, garantindo aos passageiros, segurança e conforto, devidamente assegurado para fins de transporte funcionários e que atendam as exigências do Código de Trânsito Brasileiro e do DENATRAN;



12. Prestar os serviços com os motoristas e veículos apresentados na habilitação para transporte funcionários, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, não podendo ser substituídos sem prévia autorização do responsável e sem apresentação dos documentos necessários para qualificação deste novo veículo e/ou motorista;
13. Apresentar no ato de entrega da Nota Fiscal, no último dia de cada mês, a lista do monitoramento dos funcionários transportados conforme formulário de controle disponibilizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
14. Encaminhar mensalmente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, juntamente com a Nota Fiscal, o disco do tacógrafo;
15. Manter visível no interior do veículo placa indicativa de capacidade de lotação do mesmo e número de telefone para reclamações, denúncias e sugestões;
16. Manter um controle de transporte diário com nome de cada funcionário transportado;
17. No caso de necessidade de manutenção ou reparos, em casos fortuitos ou de força maior, apresentar veículos substitutos nas mesmas condições previstas e arcar com tais despesas, sendo que a quilometragem executada pelo veículo até o ponto da substituição não será considerada no cálculo para posterior pagamento;
18. Não suspender os serviços por motivos de más condições de tempo e das estradas;
19. Apresentar laudo de inspeção e vistoria dentro do prazo de validade e outros, a qualquer tempo, solicitados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, atestando perfeitas condições de uso e segurança para transporte de passageiros;
20. Possuir equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo) operando em tempo integral, extintor, cintos de segurança em número igual a lotação e demais equipamentos necessários a segurança dos funcionários;
21. Os veículos deverão possuir lanternas de luz branca fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas vermelhas dispostas na extremidade superior da parte traseira;
22. Desvincular dentro do prazo máximo de 02 (duas) horas, contados da ciência dada pela Contratante, qualquer empregado ou preposto, cuja permanência nos serviços venha a ser inconveniente ao interesse público, quando anotado pela fiscalização do Município;
23. Manter a mais perfeita ordem dentro do veículo, não se admitindo algazaras ou outros comportamentos que possam vir a prejudicar o sossego e a segurança dos passageiros;
24. Proibir o transporte de passageiros dentro da cabine do motorista;
25. Os motoristas deverão ser os apresentados na contratação e estarem habilitados para transporte funcionários nos termos do Código de Trânsito Brasileiro;
26. Contratar seguro contra terceiros e de passageiros com cobertura para despesas médicas e hospitalares, morte e invalidez, durante todo o período de execução do Contrato.



CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA NONA - DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este contrato:

- modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;
- rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- fiscalizar lhe a execução;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
-

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução parcial das obrigações contidas neste instrumento a CONTRATADA ficará sujeita a:

- Advertência;
- O atraso nos horários das aulas para os funcionários transportados ou a inexecução dos serviços, acarretará em multa diária, no valor de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da proposta;
- Pagamento de uma multa diária, enquanto perdurar a situação de infringência, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato, corrigido monetariamente, sem prejuízo do disposto nesta cláusula, até o prazo de 20 (vinte) dias, findo o qual o Contrato poderá ser rescindido.

§ 1º. As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado após sua aplicação.

§ 2º. O valor total das multas não poderá ultrapassar de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, limite que permitirá sua rescisão, não cabendo, neste caso, a multa prevista na Cláusula Décima Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O Município poderá declarar rescindido o presente Contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrer uma das hipóteses elencadas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

§ 1º - Caso haja o descumprimento total das obrigações contidas neste instrumento pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do presente Contrato, além de rescisão do mesmo.

§ 2º - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por interesse público ou falta de necessidade dos serviços, podendo ser comunicado a rescisão no prazo de (30) trinta dias, ou ainda, poderá ser rescindido por mútuo acordo.



§ 3º - O Contrato poderá ser rescindido, de imediato, caso a Contratada não apresente no prazo legal, cópia devidamente autenticada do Certificado de conclusão de Curso específico para direção de veículos de Transporte Funcionários nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, que comprove a habilitação do Motorista que realizará os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Caçador, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

CALMON, SCde 2023.

MUNICÍPIO DE CALMON
HELIO MARCELO OLENKA -
Prefeito Municipal CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1ª

CPF nº

2ª

CPF nº

Examinado pela
Assessoria Jurídica do Município



ANEXO VI

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2023**

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;



Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e da Lei n.º 9.854.

Referente ao processo licitatório nº na modalidade de nº, a empresa inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)..... portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º....., DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(*Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (...).

.....
(local e data)

.....
(nome e número da Cart. de Identidade do Declarante)
Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

ANEXO VII

TERMO DE REFERENCIA



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2023**

DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de funcionários que residem no município de Calmon e trabalham no município de Caçador de acordo com a lei ordinária nº 843 de 18 fevereiro de 2019

1.2. DO PREÇO: A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor máximo estabelecido no modelo da proposta, pelo período de 12 meses. O valor será pago por quilometro rodado

1.3. PRAZO DE VALIDADE: O presente contrato terá vigência de 12(doze) meses

2. JUSTIFICATIVA DO OBJETO:

A lei ordinária nº 843 de 18 fevereiro de 2019 autoriza em razão do interesse público e através do programa de incentivo ao emprego e renda autoriza o transporte dos munícipes que trabalham em empresas dos municípios vizinhos, sendo viável a contratação de uma empresa que realize esse transporte diariamente.

3. JULGAMENTO DA PROPOSTA:

3.1. O julgamento da presente proposta será avaliado o menor preço por item;